PARECER CONJUNTO Nº /2017

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS
E COMISSÃO DE SERVIÇOS, OBRAS, TRANSPORTES E VIAÇÃO MUNICIAPIS
PROJETO DE LEI Nº 16/2017**

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATOR: VEREADOR CARLINHOS DO DEMÓSTENES

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 16/2017 é de autoria do Chefe do Poder Executivo, que tem por escopo alterar dispositivos da Lei n.º 2.186, de 30 de janeiro de 2004, que “dispõe sobre os cargos e carreiras dos serviços de saúde do Poder Executivo e dá outras providências”.

Por intermédio da matéria sob exame, pretende o Nobre Autor transformar 4 (quatro) cargos de Psicólogo Social em quatro cargos de Psicólogo I; criar 4 (quatro) cargos de Psicólogo II e 4 (quatro) cargos de Psicólogo III e reduzir a carga horária dos citados cargos de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas.

Fez-se acompanhar da presente matéria a Declaração do Ordenador de Despesas (fl.15) e o Relatório de Impacto Orçamentário-Financeiro (fls.16/22). Posteriormente a Declaração foi do Ordenador de Despesas foi substituída pela de fl. 26.

Recebido e publicado em 27 de janeiro de 2016, o projeto sob comento foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, que exarou parecer e votação favoráveis à sua aprovação. Nesta Comissão também foram apresentadas as Emendas n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Em seguida, a matéria foi distribuída nesta Comissão Conjunta que me designou como Relator para emitir parecer conjunto sobre a matéria nos termos regimentais.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “d” e “g”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

d) repercussão financeira das proposições;

(...)

g) aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição de receita e despesa;

(...)

Analisando os aspectos orçamentários e financeiros da matéria sob exame, constata-se que dela poderá advir aumento ou diminuição de despesas do grupo Pessoal e Encargos Sociais, decorrentes das seguintes alterações propostas:

a) transformação de 4 (quatro) cargos de Psicólogo Social em 4 (quatro) cargos de Psicólogo I;

b) criação de 4 (quatro) cargos de Psicólogo II;

c) criação de 4 (quatro) cargos de Psicólogo III;

d) redução da carga horária de 40 (quarenta) para 20 (horas) semanais.

Antes de adentrar no mérito da presente matéria, faz-se necessário tecer algumas considerações que devem ser observadas pelo Parlamentar antes de aprovar uma matéria que possa acarretar aumento de despesa com pessoal para o Município.

O aumento de despesa com pessoal, decorrente da concessão de reajuste, majoração de vencimentos e da criação de cargos, funções e gratificações, etc, deve observar algumas condições de ordem orçamentária e financeira, tais como a exigência constitucional da observância

do limite com gastos de pessoal previsto em lei complementar, da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender o objeto de gasto, bem como autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias. (Art. 169, § 1º, I e II, da CF/88).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2017 (art. 18 da Lei n.º 3.052, de 7 de julho de 2016), por sua vez, autoriza “as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos ou funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000” (LRF).

Analisando os dispositivos da LRF que a LDO fez referência, percebe-se que o ato que acarretar aumento de despesa do grupo Pessoal e Encargos Sociais deverá estar acompanhado dos seguintes documentos e informações: i) declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com as leis orçamentárias; b) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como demonstração da origem de recursos para seu custeio; e c) comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Destarte, conclui-se que, se esse projeto aumentar as despesas de pessoal do Poder Executivo, para que ele possa prosperar à luz dos dispositivos constitucionais e legais acima transcritos, é necessário que o autor tenha encaminhado junto com a matéria os seguintes documentos e informações: a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como demonstração da origem de recursos para seu custeio; b) declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com as leis orçamentárias; c) comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa; e d) demonstração da existência de dotação orçamentária suficiente para atender o aumento de despesa com pessoal e que o impacto do projeto não elevará as despesas com pessoal acima do limite previsto na LRF.

Vê-se pelo processo que o Nobre Autor cumpriu todas as exigências legais encaminhando toda a documentação citada. A declaração do ordenador de despesa de que a matéria tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. O estudo que contém a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como as informações dos itens “c” e “d” do parágrafo anterior.

A declaração elaborada pelo ordenador de despesa não demanda análise aprofundada, por tratar-se de um documento formal que visa apenas levar ao conhecimento público o fato de que o Chefe do Poder Executivo assumiu a responsabilidade pela adequação da matéria à legislação de regência orçamentária e financeira do Município.

Já a estimativa de impacto orçamentário-financeiro exige uma análise mais aprofundada, na medida em que servirá de base para se saber qual o efeito que o projeto terá nas contas públicas relativamente ao orçamento atual e aos dois subsequentes. Nesse contexto, constata-se que o aludido estudo foi elaborado em perfeita sintonia com os dispositivos da LRF e alcança inteiramente aos fins que se destina.

A estimativa de custos do presente projeto foi realizada na Tabela 5 (fl.21) do referido estudo, no qual foram considerados todos os pontos positivos e negativos para o erário municipal. A conclusão desse item é que o projeto irá gerar uma **redução de despesa**, com sua implementação, de R\$ 208.892,92 (duzentos e oito mil oitocentos e noventa e dois reais de noventa e dois centavos) no exercício de 2017; R\$ 224.852,33 (duzentos e vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos) no exercício de 2018; e R\$ 242.031,05 (duzentos e quarenta e dois mil e trinta e um reais e cinco centavos) no exercício de 2019.

Ressalte-se que o Relatório de Impacto não abarcou a criação dos cargos de Psicólogo II e III, visto que, em tese, tais cargos seriam ocupados apenas três e cinco anos, respectivamente, após esta Lei entrar em vigor.

Nesse ponto, não se detectou nenhum erro na estimativa realizada, vez que o cálculo considerou todos os efeitos financeiros do presente projeto. Cumpre frisar que o impacto apurado trata-se de impacto legal, ou seja, considerando que a atual estrutura está toda provida bem como

o provimento integral da nova estrutura proposta.

Por fim, quanto à redução da carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a Mensagem n.º 4/2017 informa que os referidos profissionais já laboram 20 (vinte) horas semanais, e que, originariamente, a Lei n.º 2.080/2003 previa uma carga horária de 20 (vinte) horas e que, por erro material, esta carga horária foi alterada nas republicações da referida Lei. Dito isso, conclui-se que a alteração da carga horária não causará qualquer impacto financeiro-orçamentário.

Não há, portanto, óbices de natureza orçamentária para aprovação do Projeto de Lei n.º 16/2017.

2.2 Da Comissão de Serviços, Obras, Transportes e Viação Municipais

A competência desta comissão de Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipais, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, III, “a” e “f”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

III - Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipais:

(...)

a) matérias relativas ao serviço público da administração direta e indireta, inclusive fundacional e autárquica;

b) regime jurídico dos servidores municipais;

(...)

f) matérias atinentes ao funcionalismo público municipal;

(...)

O objetivo do projeto está totalmente inserido na competência desta Comissão e, diante dos motivos elencados pelo Autor e com fundamento nos princípios éticos deste Relator não há como não atender ao objeto da proposição em tela.

Conforme a Mensagem do Autor, sob o n.º 4, de 26 de janeiro de 2017,

a) a alteração da carga horária se justifica tendo em vista que na Lei 2.080/2003, consta a carga horária dos psicólogos de 20 (vinte) horas semanais. Com a aprovação da lei nº 2.493 de 18 de Julho de 2007, por um erro material na redação do anexo I, constou uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, situação que veio a se repetir na republicação da lei 2.080/2003 em 15 de agosto

de 2007, constando mais uma vez equivocadamente a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

b) os psicólogos do Município de Unai, desde o advento da lei 2080/2003 (em seu formato original), vem cumprindo uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Fundamentou que a Lei nº 2.915 de 2 de fevereiro de 2014, criou o cargo de Psicólogo Social com vencimentos em dobro do Psicólogo I, e, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, apesar dos cargos estarem vagos, a criação deste cargo, abriu precedente para que os ocupantes do cargo de Psicólogo I, pleiteiem laborar 40 (quarenta) horas semanais com o intuito de fazerem jus ao provento estipulado para o referido cargo; e

c) a alteração do artigo 32 da Lei 2080/2003 tem o condão de valorizar o servidor público efetivo vindo de encontro ao propósito do Governo Municipal, conforme verifica-se na redação do Projeto de Lei que encontra-se em tramitação nesta E. Casa de Leis, que dispõe sobre a estrutura administrativa, organizacional e institucional do Município.

Com a análise da Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos foram apresentadas as Emendas n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 que serão analisadas a seguir.

2.3 Das Emendas

As Emendas n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, apresentadas pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, visam tão somente a correção de erros materiais, aumento da clareza e aperfeiçoamento da técnica legislativa. Tais Emendas não geram aumento de despesa ou alteram substancialmente o Projeto sob análise.

Ressalte-se, porém, que os cargos de Psicólogo I, Psicólogo II e Psicólogo III já dispunham de 2 (duas) vagas cada, segundo a Lei n.º 2.186, de 2004, como o Projeto em tela cria 4 (quatro) vagas para cada um dos cargos citados, conclui-se que o total de vagas será de 6 (seis).

Portanto, apresenta-se a Subemenda à Emenda n.º 6 ao Projeto de Lei n.º 16/2017, ampliando de 4 (quatro) para 6 (seis) o quantitativo de vagas para cada cargo.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 16/2017, bem como de

suas Emendas n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e Subemenda à Emenda n.º 6.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 16 de fevereiro de 2017.

VEREADOR CARLINOS DO DEMÓSTENES
Relator Designado

SUBEMENDA N.º À EMENDA N.º 6 DO PROJETO DE LEI N.º 16/2017.

Altere-se de 4 (quatro) para 6 (seis) o n.º de vagas para os cargos de Psicólogo I, Psicólogo II e Psicólogo III constantes do Anexo XI da Lei 2.186, de 30 de janeiro de 2004, incluído pela Emenda n.º 6 ao Projeto de Lei n.º 16/2017.

Unai, 16 de fevereiro de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADOR CARLINHOS DO DEMÓSTENES
Relator Designado